

CONGRESSO COLONIAL NACIONAL

CONFERENCIAS PRELIMINARES

XV

OCCUPAÇÃO MILITAR

E

DOMINIO EFFECTIVO NAS NOSSAS COLONIAS

*Conferencia realisada na Sociedade de Geographia
em a noite de 27 de novembro de 1901*

POR

EDUARDO FERREIRA DA COSTA



LISBOA
TYPOGRAPHIA UNIVERSAL
(Imprensa da Casa Real)
110, RUA DO DIARIO DE NOTICIAS, 110

1903

OCCUPAÇÃO MILITAR

E

Dominio effectivo nas nossas colonias ¹

E' evidente que o paiz se vae interessando dia a dia e cada vez mais por tudo que diz respeito ás suas colonias e d'isso é prova eloquente, sabemos-lo já, o proximo Congresso Colonial. N'esse Congresso, como nas conferencias preparatorias, se teem apresentado trabalhos serios e numerosos sobre tudo que tem relação com a administração e economia das mesmas colonias, mas outro tanto não tem succedido a respeito dos serviços militares. Não é certamente porque esses serviços sejam tidos em menor apreço pela massa geral da nação, mas naturalmente porque elles, pela sua natureza muito especial e technica, se furtam ás investigações da maioria.

Na ha, porém, duvida que d'essa involuntaria ignorancia teem nascido falsas e erradas ideias que urge destruir e emendar. Para o maior numero, desde que nas colonias temos soldados que costumam vencer os combates em que entram, tudo vae bem e nada temos que nos preocupar com os serviços militares; para outros — que creio serem pouco numerosos — todos os combates, todas as expedições militares, não passam de extemporaneas manifestações d'um prurido guerreiro e não proveem de necessidades reaes de afirmar e consolidar o nosso dominio.

Ambas as ideias são falsas, ambas acobertam perigos que conuem evitar e eis porque, á falta de cutrem e de melhor, venho fazer esta *conferencia* tentando mostrar que ha ainda e forçosamente, nas colonias um largo campo de actividade para a nossa acção propriamente militar, e não sómente para trabalhos de simples policia ou de manutenção da ordem.

Não vou tratar da organização das forças militares coloniaes, ainda ha pouco tempo fixada por um diploma governamental, mas sim da maneira como terão de serem empregadas essas for-

¹ Conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa, na noite de 27 de novembro de 1901.

ças para tornarem verdadeiramente nosso o que os tratados nos deixaram.

Consequirei o meu fim? Não o posso eu dizer, mas anima me a esperança de que a clareza do assumpto ha de supprir as deficiencias da exposição, deficiencias certamente relevadas pela benevolencia illustrada d'este auditorio.

A minha **these**, se é permittido empregar palavra de tanta significação para synthetisar uma tão desprerenciosa palestra, é a seguinte :

Não se adquire dominio effectivo, nas colonias do typo possessão, onde se não procede á occupação militar; e esse dominio effectivo, necessario para da colonia se aproveitar tudo que ella pôde dar sobre o ponto de vista do commercio, industria e agricultura, é para nós, portuguezes, indispensavel, em presença das colonias risinhas mais bem occupadas e em virtude das competições internacionaes tão manifestas.

A maneira como enunciei esta preposição desde logo fará prever que me refiro especialmente ás nossas possessões continentaes da Africa e sobretudo ás grandes colonias de Angola e Moçambique. Mas, assim mesmo, precisa explicada, pois não se vá suppôr que eu quero dizer que só temos dominio onde temos soldados, o que seria falso e absolutamente extranhavel na bocca de um homem que já percorreu grande parte do districto de Inhambane, onde ha solido *dominio portuguez* e quasi não ha soldados.

Refiro-me, portanto, e como é curial, ao dominio a exercer em territorios que se conservam fóra da nossa acção, apesar de ficarem a dentro das fronteiras que os tratados nos reconheceram.

No processo a seguir para demonstrar a minha these vou lançar mão dos factos passados como argumentos do que temos a fazer. Em questões d'esta ordem as *theorias*, por mais bem urdidas, de nada valem quando em opposição com esses factos.

N'esta ordem de ideias terei de apreciar o que se tem feito nas nossas colonias e o que se tem feito nas dos outros paizes colonisadores.

Peço que as minhas palavras não sejam tomadas como de menosprezo pelos nossos reaes esforços ou de banal admiração pelos os dos outros paizes; mas, mostrando como os outros conseguem romper onde nós nos ficamos quietos, indico desde logo o que ha a fazer para alcançar eguaes resultados.

Não é de hoje que se tem tentado evitar a occupação militar, como processo dispendioso, para dominar um paiz habitado por tribus ou nações selvagens ou barbaras e com esse fim se tem lançado mão das *feitorias commerciaes*, das *missões religiosas* e dos *protectorados diplomaticos ou politicos*.

A verdade, porém, é que, apesar da utilidade de todos estes meios para arranjar influencia e preparar dominio, não se consegue dispensar, cedo ou tarde, a occupação militar, como o unico capaz de affirmar a *posse* e de tornar esta real e accete dos habitantes indigenas.

E' o que a historia affirma sem duvidas, por exemplos significativos e instructivos.

Esses exemplos serão por mim escolhidos entre factos dos tempos modernos, entre factos de todos conhecidos, pois não venho para aqui alardear facil erudição.

A respeito das *feitorias* commerciaes permitta-se, comtudo, uma ligeira excepção á regra por mim proprio estabelecida citando as colonias de Tyro e Carthago, porque na formação d'essas colonias encontro um caso caracteristico e conhecido da acção commercial como meio de dominio.

Tyro não estabeleceu senão *feitorias* ao longo das costas mediterraneas e por esse motivo, diz Mommsen, cedo foram deslocadas ou absorvidas pelas colonias jonicas e doricas dos hellenos. Mais tarde, quando Carthago se tornou a metropole phenicia não seguiu o exemplo da sua illustre progenitora e de cada colonia — só feita para commerciar — fez uma conquista como na Sardenha, Sicilia e Hespanha.

Todos sabem que os meados do seculo XVII representam um dos periodos mais brilhantes da nossa colonisação em Africa Oriental. Dominávamos, effectivamente, grande parte do que hoje se chama a Zambesia e o paiz de Sofála. Ao abrigo d'esse dominio estabelecemos numerosas *feitorias* commerciaes pelo interior, por todo esse immenso e rico sertão da Mocaranga. Eram essas *feitorias*, ou *feiras*, estabelecimentos puramente commerciaes — mas ainda assim providas de ligeiros meios de defeza — tendo, segundo os trabalhos dos antigos chronistas e de modernos investigadores como Paiva e Pona, Ivens e Capello, bastante movimento commercial, se não vida brilhante.

Obliterára-se, porém, o velho sentimento guerreiro da primeira conquista e já não havia chefes militares como Francisco Barreto e Vasco Homem, nem soldados como os que elles commandavam e, por isso, quando um qualquer regulo negro, o Changamira, se aborreceu ou se assombrou não precisou de grande trabalho para destruir as *feiras* e para nos encurrular na faxa litoral e na orla do Zambeze. As *feiras* foram restabelecidas um seculo depois, mas o nosso dominio ficou de vez arruinado e o nosso prestigio perdido até ao ultimo quartel do seculo passado.

Não ha exemplo mais curioso da inefficacia das relações commerciaes, como meio de *dominio*, como o da conquista da Birmania. Foi, podemos-lo dizer, uma conquista *forçada*, feita em tres campanhas, todas ellas começadas com a expressa declaração e evidente vontade de não alargar o dominio da India Britannica e só com o fim de levar os imperantes da Birmania — tão orgulhosos como crueis — a consentirem o exercicio d'um commercio regular e a não insultarem os representantes de Inglaterra. A primeira campanha, de 1824 a 1826, levou as tropas inglezas de Sir Archibald Campbell a tres dias de marcha de Ava, a capital sem defeza da Birmania; ali se firmou, com evidente abdicação de aspirações guerreiras, um tratado de *paz e amizade* que deixou a

Birmania intacta. Vinte e cinco annos depois Lord Dalhousie ordenava o começo da segunda campanha, exgotados todos os meios conciliatorios, e com tão manifesta repugnancia pela annexação de mais territorio, que cada triumpho das armas inglezas era assignalado por uma pausa destinada a levar o rei da Birmania, o *Imperador da Terra e do Ar*, a sentimentos mais razoaveis e amistosos. Assim se conquistou o Pegu, parando no limite da Alta Birmania, vencidos todos os possiveis meios de defeza d'este paiz e sem que o seu imperante se confessasse vencido. Parecia que duas d'estas experiencias seriam argumento sufficiente para levar os reis birmanos a tratar bem os estrangeiros e a respeitar o poder formidavel da India Britannica. Pois não succedeu assim: passados poucos annos, vexações de todo o genero opprimiam o commercio, o residente inglez via-se desacatado e retirava para não ser morto. Apesar de tudo, a Inglaterra protelou a guerra e entabolou novas negociações, sem conseguir outro resultado que não fosse persuadir o rei da Birmania do seu *alto* poder e dos receios da Inglaterra, que se viu obrigada a demonstrar-lhe o contrario, conquistando todos os seus estados e acabando por fazer no fim de sessenta annos e de tres renhidas luctas o que poderia ter acabado logo da primeira guerra, se em vez de querer só *boas relações commerciaes* pensasse em augmentar os seus territorios.

Escuso de citar mais exemplos, pois estes são absolutamente concludentes. Mas isto não quer dizer que eu reprove o emprego de *missões commerciaes*. que eu negue a influencia politica que sertanejos de audacia podem alcançar em favor do seu paiz, internando-se sertões a dentro, muito adiante dos seus soldados e até dos seus missionarios.

Nenhum paiz pôde, como o nosso, apresentar maior lista d'estes audazes e benemeritos aventureiros, desde o celebre Antonio Cayado que o padre Gonçalo da Silveira foi encontrar no Monomotapa influente e estimado, até ao nosso contemporaneo, o chorado, patriotico, Silva Porto. Mas a morte do Padre Gonçalo, o suicidio de Silva Porto, são novos argumentos a provar que ephemera é essa influencia individual, desacompanhada de forças militares. A morte d'uma mulher ou d'um boi, uma indigestão do regulo, são, muitas vezes, motivos sufficientes para o assombrado animo do tyranno negro procurar conjurar hypotheticos maleficios expulsando ou matando os inermes negociantes. Depois, o sertão está *fechado* ao commercio e só se abre á força das armas ou á força de presentes, processo que não é menos dispendioso de que o primeiro, porque fatalmente se repete com gaudio e proveito dos assassinos ou ladrões.

Não nos podemos espantar, nem nos devemos admirar. E' preciso julgar os sentimentos de cada povo pelo seu estado social. Ora se entre nós a *força prima sempre o direito*, entre elles não ha outro direito que não seja *o da força* e esta *visivel e sensivel* para ser apreciada por cerebros rudes e dialecticas pouco especiosas.

Deixemos, pois, caminhar o sertanejo e a *feitoria* de commer-

cio, mas que o governo proceda de modo a não só aproveitar os seus serviços como a auxiliar os seus esforços; mais vale — sob o duplo ponto de vista humanitario e politico — *proteger vivos do que vingár mortos* e só a *occupação militar*, só o *respeito da força visivel e sensivel*, repito, pôde offerecer essa protecção.

As *missões religiosas*, tão uteis e tão benemeritas quando bem comprehendidas e exercidas, não teem podido substituir a acção militar, embora os seus serviços á civilisação se tenham, por vezes, juntado a outros relativos á influencia e dominio politico da nação colonisadora.

Citarei tambem os mais caracteristicos e convincentes exemplos.

Todos sabem que o protectorado da Africa Central Ingleza foi proclamado em 1890 e que um dos fundamentos dessa proclamação foi o dos trabalhos e serviços das missões religiosas escocezas estabelecidas ao Sul do Nyassa. Ninguem pôde negar que essas missões tivessem trabalhado com ardor, abrindo escolas, formando proselytos, influenciando por todos os modos a população indigena. Pois bem, oito annos de guerras continuadas não tinham ainda conseguido trazer, em 1898, ao dominio britannico um paiz tão trabalhado pelos seus missionarios e, não longe da escola e da egreja christã, campeava o pateo atulhado de negros do escravagista de Zanzibar.

Se ha paiz que tenha tentado a energia e os sacrificios dos missionarios é o que hoje constitue a Africa Oriental allemã. Tabora, Mpuapua, são nomes celebres nos annos das missões christãs. Quantas guerras de conquista não teem feito os allemães, quanta resistencia não encontraram elles em terreno já tão cheio de sacrificios e de dedicações! E o mesmo succedeu na Uganda e em outras terras extranhas, mas não precisamos ir buscar esses exemplos quando, em *casa*, os temos de tanta evidencia que decidem a questão.

Foram celebres as christandades da Zambezia e de Sofala; celebres e productivas pois ainda hoje a semente christã, abandonada a si propria, fructifica por vezes dando-nos o exemplo desses rudes artistas zambezianos, descendentes dos que os jezuitas educaram. Pois bem, preveniram esses resultados as rebeldias, as revoltas á mão armada contra o nosso dominio?

Não se diziam christãos homens que, como os *Bongas*, mais encarniçadamente luctaram contra nós?

Temos em Timor uma missão de padres regulares muito bem montada e prestando reaes serviços á causa christã. Leia-se, comtudo, o relatorio do governador de Timor a respeito das campanhas n'aquella possessão em 1895 e 1896 e lá se verá que alguns dos povos ou tribus mais rebeldes ao nosso dominio são dos que mais respeitam e admiram os missionarios, e onde estes teem feito discipulos e proselytos. E não se pense que aqui se esconda malevola insinuação daquelle funcionario, pois que no mesmo relatorio elle demonstra a sua entusiastica admiração pelos missionarios e seus serviços.

De facto, uma afirmação não destrua a outra. E' evidente que uma boa missão christã, além do benefico resultado moral e religioso da sua catechese, pôde conseguir influencia politica, dispondo d'esta a favor da nação colonisadora que a emprega ou que permite a sua acção, mas o que estes exemplos provam é que essa acção é limitada e nunca sufficiente para vencer o espirito de rebellião das tribus em que se estabelecem. Por vezes até succede o contrario; o elevado numero de catechumenos, os seus novos habitos, as suas praticas religiosas, despertam o ciúme, o receio dos outros e provocam guerras, revoltas e massacres. Nem mesmo estes factos lamentaveis podem escurecer os reaes serviços das *missões religiosas*, mas demonstram que estas precisam, como as commerciaes, da protecção *nisivel* e *sensivel* a que já me referi. Na phrase conceituosa de Sir Harry Johnston as missões representam uma *phase passageira*; são os precusores, os *Baptistas* dum egreja organisada e dum regimen social bem estabelecido.

Menos humanitario, visando fim mais pratico sob o ponto de vista politico, mas não dando melhores resultados, veiu o systema dos *protectorados*.

Antes de proseguir precisamos de distinguir duas variedades deste nome. O protectorado *administrativo*, como o do Annam, Tonkin, Tunis, Africa Central ingleza, etc., o *diplomatico* ou *politico*, como o que empregámos em Gaza, os inglezes na Matabella e os francezes em Madagascar.

O primeiro não tem de ser aqui considerado, pois não dispensa, antes se funda e apoia, numa solida occupação militar e o nome provem-lhe de processos administrativos que não vem para o caso estudar ou definir.

O protectorado *politico* tinha um fim muito differente: procurava aproveitar o poderio ou influencia d'um regulo poderoso em favor da nação protectora, não empregando soldados nem administração, mas simples e poucos funcionarios encarregados de insufflarem aos regulos protegidos as opiniões e conselhos necessarios para elles seguirem docilmente as vontades e ideias do protector.

Os factos vieram provar a sem razão do systema e *fiascos* repetidos demonstraram a inanidade dos argumentos com que procuraram justificar-o.

Não condemno a ideia que entre nós appareceu de experimentar o protectorado politico com o Gungunhana. Ao tempo existia em todo o paiz a ideia de que não tinhamos recursos para bater e vencer o potentado vatua, e nada mais habil do que aproveitar pela persuasão um poderio que não podiamos vencer pelas armas. O *protectorado* de Gaza, tal como foi estabelecido em 1890, não com este nome mas com este objectivo, trabalhou por algum tempo o melhor que poude, mercê da habilidade e prestigio do primeiro Intendente, e nunca por virtude propria, como é prova evidente a nenhuma intervenção directa que o regulo nos permittia nas suas

terras: Queria-se trabalhar as *minas* de Manica; não bastava comunicar o facto ao Gungunhana, era preciso entabolar negociações directas com elle. Queriamos estabelecer postos nos limites das suas terras, como nos Elephantes e Chicomo; era preciso a sua licença, que nunca incluía a de *fortificar* esses postos, cousa que elle nunca *consentiu*. O termo se é duro de ouvir não pôde ser mais exacto, nem mais verdadeiro. Mais tarde as antinomias latentes revelaram-se; de subdito insumisso e pouco obediente tornou-se em vassallo hostil e ameaçador. Necessario foi vir ás mãos e então se viu como esse poderio negro, o ultimo do grande continente, se *esvaia como fumo*, na phrase pittoresca do mallogrado Caldas Xavier, ao primeiro embate com um pequeno troço de depauperados e anemisados filhos dos nossos campos.

O que nós quizemos fazer com o Gungunhana tambem foi ensaiado pelos inglezes com o Lobengula e, valha a verdade, esses não tinham a desculpa de só possuirem fracos recursos. Sorriu lhe a ideia de terem *alguem*, um regulo indigena, que por elles fizesse economicamente a policia do enorme paiz cedido á British South Africa. O resultado é conhecido: quatro annos depois tiveram de *prender* o seu proprio *policia* e, dois annos mais tarde, uma revolta geral vinha mais uma vez provar que não basta vencer, mas que é egualmente preciso tirar partido da victoria.

Por todos é conhecido o *fiasco* do protectorado politico que a França quiz exercer em Madagascar. Depois da guerra de 1884-1885, os *hovas* acceitaram esse protectorado e a presença d'um *residente* francez em Tananarive. Pois não houve *picardia* que não fizessem a esse residente, contrariedade que não empregassem contra os interesses francezes, humilhação que não fôsse dirigida a filhos da França e esta é obrigada, annos depois, a uma campanha de occupação que custou muito dinheiro e muitas vidas. Plantada a bandeira tricolor em Tananarive, a grande nação latina, esquecida da experiencia passada, renova o *protectorado* mantendo sobre a grande ilha a hegemonia *hova!* O que isso depois custou de esforços e de energia militar e politica sabem-no todos, pois é facto dos nossos dias e largamente tratado em varios escriptos.

Não é preciso evidentemente multiplicar os exemplos visto os precedentes serem por demais significativos. E' claro ainda que estas ideias não excluem o emprego d'este methodo de dominio em regiões definidas, pacificas, bem dispostas e para as quaes seja *visivel* e *sensivel* a nossa força militar. Assim se justifica, embora em circumstancias bem diversas, porque os inglezes conservam na India um certo numero de estados indigenas apenas sujeitos ao *protectorado* politico.

E', pois, certo que para regiões habitadas por povos selvagens ou barbaros, o *dominio effectivo* d'uma nação extranha só pôde ser firmado pela acção militar, sobreposta ou não á de qualquer dos meios já indicados.

E' fóra de duvida que a *occupação militar* judiciosa e apro-

priada, firme e reflectida, procura uma segurança, dá uma demonstração de poderio que não pôde deixar de ser effcaz.

Por *occupação militar* se não deve entender apenas as operações a *ferro e fogo*; ha conquistas pacificas e muitas vezes, sem duvida, se poderá occupar extensos tractos de paiz sem ter de dar um tiro. Não é este, porém, deve dizer-se, o caso geral. Por via de regra tem de se empregar a força. Que considerações apparentemente philanthropicas e humanitarias não venham entorpecer essa acção militar. As raças mais fortes tem o evidente *direito* de aproveitar as terras que a barbarie deixa improductivas, com o *dever* correlativo de *melhorar* pela civilisação as raças que as habitam.

Mas tudo isto é exigido para se obter um *dominio effectivo* em toda a possessão. Será isso preciso?

Não o era antigamente. As *feitorias* da costa e raros entrepostos interiores bastavam ás necessidade de então. Cada nação conservava para as suas colonias o monopolio da navegação quando não era o do commercio; este limitava as suas exigencias a adquirir o que tão facilmente vinha a essas feitorias, oiro, marfim e escravos; no interior do continente não havia competições a temer de outras nações europeas.

Hoje as condições são inteiramente diversas. Apesar de todas as *protecções* não é possível conservar livre de concorrencia a navegação ou o commercio; este exige de dia para dia novos centros de consumo e novos centros de abastecimento; levam-se os artefactos da industria civilisada ao mais recondito do continente negro e d'ahi se tira em permuta os mais estimados generos indigenas como a borracha. As competições europeas, que então não existiam, nasceram, expandiram-se, com tal força e intensidade, que chegam hoje a ser ferozes.

Como se sabe, a *partilha* da Africa vem da *conferencia* de Berlim. Ahi aprendemos, á nossa custa, a nova theoria do *direito de posse* a terras de Africa: de nada valem *precedentes historicos*, *prestigio politico* sobre povos selvagens, *vestigios evidentes de anterior occupação*. A posse só se firma na *occupação actual e effctiva* e precisa de se apoiar n'uma organização administrativa, ainda que rudimentar, evidente.

Dividida a Africa, definidos geographicamente os vastos *interlands* de cada colonia, todos se deram pressa em os occupar, sabendo que d'essa pressa dependia a manutenção do seu dominio.

A França, que estava no Niger e no Gabão, caminhou rapidamente attingindo em poucos annos Tomboctu, o mysterioso emporio do Soldão Occidental e o alto Ubanghi, estrada segura para o Bahr-el-Ghazal e região do Tchad. O Estado Livre do Congo depressa estendeu a sua occupação por um dos mais vastos paizes do mundo e essa occupação é hoje um facto, da foz do Zaire ás margens de Tanganika. Nem menos rapida, nem menos segura, tem sido a expansão ingleza. Que tão pouco tempo lhe foi preciso para ir da Bechuana do Sul á região dos lagos, de Mombassa a Uganda, da costa da Guiné — esse immenso cemiterio da raça

branca — ao rico paiz dos Haussas, aos emporios commerciaes de Sokoto, Kano, etc.

A nossa inercia contrasta com tanta actividade. Quizemos, é certo, n'um determinado periodo recuperar o tempo perdido: as expedições ao Nyassa, ao Sanhati, mostram que se comprehendia, emfim, o perigo, mas... era tarde e a afadigada tentativa de então mais serviu, no meu entender, para avolumar o desastre do que para diminuir as perdas já agora inevitaveis.

Quão differentes teriam sido os resultados se nós, em 1884, quando criámos o districto de Manica, tivéssemos encarado bem de frente o problema. Se em vez de fundar esse districto amparados na protecção, talvez leal, mas de certeza humilhante, de Manuel Antonio de Souza o tivéssemos assentado com o apoio d'uma forte expedição militar capaz de vencer o Muzilla, que se oppunha e o Manuel Antonio que protegia: que isso era possível provou-o a campanha de 1895; a linha de Save occupada por postos militares, seria ainda hoje a fronteira incontestada do territorio de Manica.

Perdoe-se-me a digressão e continuemos.

Dir-se-ha que afinal nem a occupação militar nos garante uma posse segura; que nós já estavamos no Sanhati e que os francezes chegaram a Fashoda, sem que uns e outros tivéssemos colhido outra cousa além de fortes humilhações. E' verdade, mas não é o que agora se pretende. Não renovaremos mais uma vez a falta commettida de pretender territorios que nos eram abertamente contestados. Queremos apenas occupar o que até hoje dizem ser nosso, mas que talvez amanhã já esteja em litigio.

A isso dir-se-ha que as circumstancias são hoje differentes; que factos recentes mostram as boas disposições das grandes potencias a nossa respeito, e o reconhecimento dos nossos direitos a terras de Africa. Não o contesto e felicito-me por isso, mas seria enganoso descanso confiar indefinidamente n'este estado de cousas. Arreciemo-nos da *theoria dos factos consummados* e da *pressão da opinião publica* n'esses grandes paizes onde os governos, embora fortes, tem e devem transigir com as suas poderosas manifestações.

Que um pequeno centro commercial se estabeleça a dentro da nossa *zona de influencia, mas fóra do nosso dominio*, que um dos regulos independentes do nosso interland hostilese uma colonia extranha do outro lado da fronteira e desde logo se levanta um perigo, que mais vale prevenir de que tentar remediar.

Ora a nossa situação em Angola e Moçambique deixa largo campo para o apparecimento de todos esses perigos, para manifestação de pequenos, mas irritantes, conflictos.

De facto; em Angola os tratados reconhecem-nos como fronteiras parte do curso do Kassai e do Kabompo, pois ainda não chegámos ao Cuango e ao Cubango a muitas centenas de kilometros d'esses limites. Não é melhor a situação em Moçambique; ao norte do Pungue temos na fronteira o Barué rebelde; na Zambesia a Chedima, as Maravias e a Makanga sem occupação; e sem

occupação está quasi todo o districto de Moçambique que ainda confina com a British Central Africa.

Urge, pois, creio que não resta duvida, chegar depressa e occupar militarmente os limites que ainda hoje nos são reconhecidos, mas que amanhã podem ser cerceados.

Não é esta apenas a opinião d'um militar. E' a de muita gente que de perto está vendo o decorrer dos acontecimentos ou lhe sente os resultados; veja-se as representações dos negociantes de Angola, as ultimas correspondencias vindas da Zambesia, as resoluções do congresso das artes textis no Porto, etc.

Resta, pois, dizer como se deve proceder ás *occupações militares* que são ainda necessarias.

Aqui apparece um novo elemento de consideração. Não temos só de *atingir* a *periphèria* dos nossos interlands, temos ainda a *dominar* as tribus ou povos *rebeldes* aos nossos anteriores esforços.

Não ha, para muitas d'estas zonas, as razões de urgencia da primeira especie de occupação militar, mas ha razões de interesse. ha razões de brio nacional, que não podem nem devem ser postergadas.

A rebeldia do Namarral, por exemplo, é um escarneo para a nossa reputação; a do Barué, perigo e vergonha ao mesmo tempo.

Temos assim duas situações *diversas*, exigindo naturalmente diversos processos de solução.

Para chegar á *periphèria* das nossas possessões africanas e *marcar* visivelmente o limite do que nos pertence, é preciso *caminhar rapidamente* e sem outro objectivo. O que ha a fazer é, portanto, uma penetração *linear* aproveitando quanto possivel as communicações existentes, sobretudo as vias fluviaes navegaveis, e marcando esta linha de penetração por uma serie de postos *militares* estabelecidos com o fim positivo de servirem as *communicações* do seu extremo. Bem fortificados, bem abastecidos, exigem pequenas guarnições e uma *reserva*, em ponto central, bastará em regra a assegurar protecção á linha inteira. Seguras as communicações não se perderá tempo, de principio, em vencer a rebeldia d'algumas das tribus encontradas, o que ficará para depois da occupação da fronteira.

Não se julgue, e decerto não se julga, que estou preconizando um methodo meu, um alvitre da minha lavra. Apenas indico o processo commum, talvez constante, que tem sido empregado pelas outras nações colonias em casos identicos, como se vae ver.

Quando Faidherbe tomou o governo do Senegal, esta velha colonia franceza reduzia-se a uma estreita faixa litoral. Percebeu logo, este energico official, que era necessario caminhar para o interior para fazer da esteril colonia confiada á sua guarda um paiz de futuro, mas não procurou uma expansão *geral* em todo o sentido, antes, aproveitando o Senegal, caminhou ao longo do rio estabelecendo postos e batendo povos rebeldes. Por este processo se fez a conquista do Soldão Occidental. Foi por uma penetração

linear que se foi do Senegal ao Niger, de Kayes a Banmako, ao longo d'uma serie de postos fortificados. Alcançado o Niger por elle se caminhou até Tomboctu. Do mesmo modo procederam os francezes no Congo e nos seus affluentes o Sangha e o Ubanghi. Servindo-se admiravelmente d'estes ultimos e do Mbomu, Liotard e Marchand, seguindo exemplos anteriores, fazem uma maravilhosamente rapida penetração até á bacia do Nilo.

Tomando conta de Mombassa, a Inglaterra não teve desde logo outro empenho que não fosse o de chegar depressa á Uganda e Unyoro, cuja importancia strategica em relação ao alto valle do Nilo ella tão bem tinha apreciado. Com este fim fez uma penetração linear, marcando por uma serie de postos fortificados a linha de communicações a estabelecer entre a costa e o Victoria Nyanza.

Não repetirei os exemplos para não fatigar os meus benevolentes ouvintes; lembrarei apenas que assim se tem procedido no alto Dahomé, nos Achantis, nas colonias allemãs, etc., etc.

Alcançada a linha fronteira, é mister *occupal-a*. Bastará para isso um unico ponto? Evidentemente não. Será preciso estabelecer muitos? Também não. Parece necessario, mas será sufficiente, *marcal-a* nas suas inflexões principaes, nos pontos mais importantes. A existencia da *feitoria* da Companhia de Moçambique em Macequece e a da residencia do Mossurize, junto ao antigo curral do Gungunhana, salvaram o que nos resta entre o Save e Pungue.

Não deixarei o assumpto sem accrescentar que os postos intermedios d'uma *linha de penetração*, embora estabelecidos mais para segurança d'essa linha do que para qualquer fim politico, representam muitas vezes um papel importante na expansão da influencia europea. Cada um d'estes *postos*, bem commandado, pôde tornar-se o centro d'uma acção irradiante do nosso dominio, duradoura e expansiva.

Ha, intercaladas nos paizes que já reconhecem o nosso dominio, tribus ou regiões obstinadamente rebeldes, ou por causa do mallogro e insufficiencia dos meios empregados até agora, ou por causa da indomita selvageria dos seus habitantes; temos exemplos caracteristicos nos insubmissos paizes do Barué e do Namarral. Para os dominar não basta *occupar alguns postos* e deixal-os entregues a *pequenas guarnições*. E' preciso fazer uma *occupação systematica* do paiz rebelde. Depois de uma campanha ao modo ordinario, procurando dar o maior numero possivel de combates — para destruir a resistencia organizada — e occupando os pontos principaes, é preciso perseverar-se depois na occupação effectuada, circumscrevendo e delimitando por reduções successivas o campo de acção dos insubmissos, batendo o paiz em todas as direcções, occupando todas as passagens importantes do terreno — vaus, côllos, etc., lançando mão dos gados, apoderando-se das colheitas, desarmando os homens, e pondo a bom recato as mulheres e creanças aprisionadas.

Como regra militar: numerosas *columnas volantes* e muitos *ostos*; tal foi o processo do grande Bugeaud na Argelia, de Ro-

berts e White na Birmanian, de Duchemin no Tonkin e de Gallieni em Madagascar ¹. Como principio politico: benignidade para os que se submettem, extrema energia para os que resistem ao transe; tal foi a base da conducta do bondoso e heroico Hoche na pacificação da Vendêa, conducta que todos os chefes, operando em identicas circumstancias, devem imitar.

Resumindo os caracteristicos dos dois processos de occupação militar que foram indicados, direi que o primeiro exige um *progresso rapido* e uma *penetração linear* e o segundo *occupação systematica e energica repressão*.

Este programma, baseado nas licções da historia, levanta objecções, bem o sei. A primeira é a *questão financeira*.

Todas essas occupações custam muito dinheiro, que nós não temos, que as colónias não produzem.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que essa objecção é só para nós, para os outros, para aquelles de quem temos a temer usurpações ou entraves, de nada ella vale e pouco se lhe dará que seja por falta de dinheiro ou por qualquer outro motivo que deixamos de occupar o que nos pertence e que a elles appetece.

Em segundo lugar, lembremo-nos de que a perda das colonias é para o nosso paiz sacrificio bem mais pungente e perigoso de que todos aquelles que fizemos para as conservar.

Convençamo-nos, porque a historia de hontem disso nos mostra a desenganadora verdade — que organisamos *rapida e solidamente* o nosso dominio colonial ou veremos este reduzido, em breve, a retalhos territoriaes sem valor e a portos sem commercio. Tal é, na minha opinião, o inilludivel dilemma em que nos vemos envolvidos.

A outra objecção funda se n'uma descrença infundamentada e n'uma insinuação pouco digna.

Vendo renovarem-se as expedições militares e as campanhas colonias ha quem julgue, ou dê a entender, que estas se mostram inuteis ou inefficazes, quando não são propositadamente procuradas por ambição guerreira ou por malsinações e tyrannias de funcionarios.

Negar que uma ou outra vez a rebellião indigena não tenha sido provocada por insoffridas ambições ou disparatadas medidas administrativas, seria o mesmo que negar a miseria da condição humana, mas erigir semelhantes abusos em causa geral ou vulgar das continuadas revoltas e das duradouras guerras colonias é manifesta injustiça, baseada em profunda ignorancia ou insigne má fé.

Em primeiro lugar protesta contra tão injusta e ignara apreciação a generalidade do phenomeno. As melhores e maiores poten-

¹ Na realidade ha *dois processos*; o das *columnas* seguido na Argelia; o dos *postos* seguido em Madagascar, mas nem o primeiro dispensa o estabelecimento de numerosos postos, nem o segundo o emprego de muitas columnas. O que me auctorisa a englobal-os n'um só.

cias coloniaes, as que mais escolhem o seu funcionalismo, as mais desprendidas de espirito guerreiro ou de aventuras, teem-se visto obrigadas a emprehender longas guerras coloniaes para dominar determinadas regiões e teem tido que lutar contra repetidas revoltas de povos já considerados submettidos.

A Hollanda levou muitos annos para pacificar Java e lucta sem descanso, como sem desfallecimento e sem recriminações, ha dezenas de annos para submeter o indomavel Achem, o já nosso legendario inimigo de Malaca. A Inglaterra, com todo o seu espantoso poder, levou 5 annos de porfiada lucta para pacificar a Alta Birmania e não conta nada menos de 9 guerras *cafres* para assegurar a posse tranquilla do antigo territorio da sua colonia do Cabo. A França lucta ha 16 annos no Tonkin e ha 6 em Madagascar e ainda hoje não póde dizer que reina absoluta tranquillidade n'estas suas colonias. Nem um numeroso exercito americano, nem o enorme poder do ouro *Yankee*, comprando ou fazendo atraioar, os principaes caudilhos *tagalos*, tem conseguido reduzir a insurreição das *Philippinas* em 4 annos de lucta.

Em nenhum d'estes paizes se tem procurado attribuir a causas immoraes as revoltas repetidas, succedendo-se em toda a parte a campanhas terminadas com exito. Depois da expedição do *Dahomé*, em 1892, uma das mais bem dirigidas campanhas coloniaes dos tempos modernos, houve necessidade de continuar a guerra por mais 2 annos para reduzir um pequeno paiz como aquelle.

Quatro annos depois dos inglezes occuparem Cumassi sem dispararem um tiro, era ahi cercado o governador da colonia e uma rebellião geral abalava todo o paiz Achanti, só submettido depois de demorada e enérgica campanha. Houve guerra durante annos successivos no Benin, Serra Leôa, etc., sem que esse facto fosse attribuido a outras causas que não sejam as naturaes.

Para explicar factos semelhantes nada mais é preciso, na verdade, de que attentar n'essas causas. Desenganemo-nos: no espirito de cada homem, por mais selvagem que seja, existe uma ideia mais ou menos perfeita do que seja a independencia politica. Para os negros, os regulos por mais ferozes e crueis são os seus chefes naturaes e tradicionaes; os appellos d'estes teem a seus olhos um caracter de legitimidade que falta ao conquistador europeu, embora este os domine com menos brutalidade e mais honestidade. A má vontade, natural e certa dos regulos, despojados d'algumas das suas prerogativas, encontra na obediencia e superstição dos seus subditos magnifico campo onde fructificam todas as sementes de revolta. Junte-se a este espirito de independencia, o antagonismo de raça, muitas vezes latente, incomprehensivel até para o acanhado criterio negro, mas real e quasi constante; junte-se ainda o amor de depredação e o instincto de pilhagem peculiar em alto grau nas raças selvagens, e teremos assim enunciadas as causas quasi unicas e, de certeza, as mais poderosas das repetidas revoltas e das longas resistencias das tribus africanas.

Outras ainda lhe devemos juntar: o desleixo do vencedor, a sua apparente fraqueza, as victorias, emfim, *sem dia seguinte*.

Mais d'uma vez tenho visto enunciar malicioso espanto por a revolta de Gaza em 1897 seguir tão de perto a gloriosa campanha de 1895. Pois nada ha que espante, nem ha que duvidar da efficacia d'aquella campanha. A expedição, á qual tive a honra de pertencer, fez tudo quanto lhe podia ser exigido, desde a salvação da provincia de Moçambique na manhã de Marracuene até á destruição do imperio vatua na lingua de Coollela e no curral de Chaimite. Mas depois... retirou e não foi logo substituida. Do vasto paiz de Gaza um só ponto ficou occupado, o Chibuto, e esse não foi fortificado. Foi esta apparente fraqueza que deu animo e alma ao Maguiguana e aos seus landins. Repita-se o facto, derrote-se uma tribu indigena, mas evacue-se depois o seu paiz e renovar-se ha a revolta, as aggressões e os assaltos.

Podemos nós admirar-nos da demorada lucta em guerras de annexação nas regiões africanas, onde não ha vias de communição, onde não existe riqueza publica, onde não se encontram centros de população de influencia politica, quando nós vemos arrastarem-se por longos periodos de tempo as guerras europeas tendo por fim a conquista da Hespanha, do Tyrol e tão modernamente da Bosnia-Hersegovina?

Sejâmos, pois, mais justos e mais sensatos.

No funcionalismo colonial portuguez, mal recrutado, mal pago, sem regras seguras de promoção e de disciplina, ha muito homem de honra, muito homem de capacidade, que tem sacrificado a sua saude e o seu trabalho sem outro incentivo que não seja o do seu patriotismo, sem outra especie de recompensa que não seja a satisfação do dever cumprido.

E, justiça feita, venha a sensatez indicar-nos que devemos contar e por largos annos com a necessidade de conter aqui uma tribu inquieta, de domar além uma rebeldia inveterada e de alargar, á força das armas em muitos casos, o nosso dominio effectivo até que n'elle se englobe toda a enorme área colonial que os tratados nos reconhecem, mas que a realidade dos factos prova não estar nem sob a nossa obediencia, nem obedecer á nossa influencia.

Advogando, com tanta sinceridade, o alargamento da nossa occupação militar nas colonias, não pretendo por fórma alguma insinuar que isso nos baste para assegurar o nosso futuro como potencia colonial. Occupação militar, sem o rasgamento de communicações, sem a promulgação de apropriadas leis civis e economicas, sem colonisação no largo sentido de exploração e aproveitamento das riquezas naturaes, será medida esteril, despeza inutil. Mas — e isso desejo accentuar — entre todas as medidas necessarias para promover o nosso desenvolvimento colonial a *segurança* do nosso dominio é — como diz o capitão francez Chatelain — *condição primordial*.

Terminando esta conferencia, não posso deixar de manifestar o receio que me invade de ter talvez compromettido o seu objectivo pela minha má exposição. Anima-me, porém, a esperanza, repito, de que a importancia e a clareza do assumpto hão de ter sobrepujado e vencido as deficiencias da fórma.

Uma outra duvida me resta : entre os que me ouvem ha quem me não conheça, sendo possivel que essas pessoas vejam n'este propugnar por uma larga acção militar a ambição ou o prurido guerreiro dum soldado, cuja escassa fortuna se tem feito em guerras d'Africa. Se tal impressão ficar será injusta, pois certamente não haverá quem julgue com mais severidade, quem verbere mais vehementemente do que eu proprio os que, por insoffrida ambição ou por leviano pensar, perturbam o socego da região confiada á sua guarda, derramam o sangue que lhe cumpre poupar.

Mas se abomino as guerras injustas, se me pronuncio contra os que as provocam sem razão, não posso deixar de declarar, sem receio de ser desmentido, que todos nós, soldados portuguezes, marcharemos alegremente e daremos sem hesitação a nossa vida, sempre que se tratar de defender a honra, o brio, ou os interesses da nossa querida patria.

EDUARDO DA COSTA.